



CÓD: OP-143DZ-23
7908403546718

POÇOS DE CALDAS-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Agente De Educação

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Português

1. Sentido próprio e sentido figurado	5
2. Funções de linguagem	5
3. Texto e discurso: intertextualidade, paródia	6
4. Leitura e interpretação de textos: informações implícitas e explícitas.	7
5. Significação contextual de palavras e expressões	7
6. Ponto de vista do autor	7
7. Linguagem verbal e não verbal	8
8. Tipologia textual e gêneros discursivos de circulação social: estrutura composicional; objetivos discursivos do texto; contexto de circulação; aspectos linguísticos.	8
9. Texto e Textualidade: coesão, coerência e outros fatores de textualidade	9
10. Variação linguística: heterogeneidade linguística: aspectos culturais, históricos, sociais e regionais no uso da Língua Portuguesa	10
11. Registros formal e informal da escrita padrão	14
12. Fonética e fonologia: tonicidade, ortografia e acentuação gráfica.	15
13. Crase	18
14. Sinais de pontuação como fatores de coesão	18
15. Morfologia: classificação e flexão das palavras, emprego de nomes, pronomes, conjunções, advérbios, preposições. Conjunções, interjeições, modos e tempos verbais. Análise morfológica	22
16. Sintaxe: frase, oração, período. Termos da oração. Coordenação e subordinação. Análise sintática	28
17. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua	32
18. Ortografia oficial–Novo Acordo Ortográfico.	32
19. Concordância e regência verbal e nominal.	33
20. Colocação pronominal aplicadas ao texto	36

Matemática

1. Conjunto dos números naturais: operações, divisibilidade, decomposição de um número natural nos seus fatores primos, múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois ou mais números naturais. Conjunto dos números inteiros: operações. Conjunto dos números racionais: propriedades, operações, valor absoluto de um número, potenciação e radiciação. O conjunto dos números reais: números irracionais, a reta real, intervalos	41
2. Sistema de medida, sistema métrico decimal, unidade de comprimento, unidades usuais de tempo.	47
3. Razões, proporções, grandezas direta e inversamente proporcionais	49
4. Regra de três simples e composta	50
5. Porcentagem	51
6. Juros.	53
7. Equações de 1º grau.	55
8. Sistema de equações	58
9. Cálculo de área e perímetros de figuras planas	60
10. Leitura e identificação de dados apresentados em gráficos e tabela.	71
11. Análise combinatória e probabilidade	73

Conhecimentos Gerais

1. Cultura Geral: Fatos Políticos econômicos e sociais do Brasil e do Mundo ocorridos nos anos de 2018 a 2023 divulgados na mídia nacional e internacional. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas, do Município, do Estado, do Brasil e do mundo. Notícias em geral da atualidade	79
2. Conhecimentos Gerais e Atualidades: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município.....	79
3. Noções de cidadania	140
4. Símbolos nacionais, estaduais e municipais	141
5. Ética: conceito, ética na sociedade e ética no trabalho	142

Conhecimentos Específicos

Agente De Educação

1. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aplicado à educação.	155
2. A criança como sujeito histórico e de direitos.	192
3. Concepção de infâncias, saúde e nutrição.....	193
4. Jogos, brincadeiras e faz-de-conta.....	193
5. Contação de histórias.....	197
6. Noções de cuidado com a higienização pessoal, com a alimentação e com a hora do sono da criança pequena.	198
7. Rotina do trabalho em creches e pré-escolas.	201
8. Ludicidade.....	202
9. Estimulação do desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social.	208
10. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência, nº 13.146/15.....	208

teatrais. Essa interação com a história ajuda a desenvolver a criatividade, a capacidade de expressão e o pensamento crítico dos alunos.

Além disso, a contação de histórias também contribui para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, já que as crianças têm a oportunidade de ouvir textos literários e aprender sobre a estrutura e as características desse tipo de texto. Através das histórias, elas também podem conhecer diferentes gêneros literários, como fábulas, contos de fadas, lendas e mitos.

Outra vantagem da contação de histórias é a possibilidade de abordar temas difíceis ou delicados de forma mais leve e acessível às crianças. Ao contar uma história que trate de questões como bullying, inclusão social ou preservação do meio ambiente, por exemplo, é possível estimular a reflexão e o diálogo sobre essas temáticas.

A contação de histórias na educação é uma prática enriquecedora e indispensável. Ela contribui para o desenvolvimento integral das crianças, despertando a curiosidade, a imaginação e o prazer pela leitura. Além disso, é uma forma de transmitir valores, conhecimentos e culturas, promovendo a construção de um mundo mais humano, solidário e consciente.

As histórias podem ser um recurso valioso para a educação infantil e contribuem para o desenvolvimento das crianças em diversos aspectos. Através da contação de histórias, é possível despertar a curiosidade e estimular a imaginação das crianças, o que é essencial para o processo de aprendizagem.

Ao ouvir uma história, as crianças são convidadas a entrar no mundo imaginário e se identificar com os personagens e situações apresentados. Isso as ajuda a desenvolver empatia e a compreender diferentes pontos de vista, o que contribui para o desenvolvimento de suas habilidades sociais e emocionais. Esse recurso auxilia no desenvolvimento das habilidades cognitivas das crianças. Elas são desafiadas a ouvir, compreender e interpretar as narrativas, o que estimula o raciocínio lógico e a capacidade de assimilação de conhecimentos.

A contação de histórias também é uma forma eficaz de introduzir diversos temas e valores. Através das histórias, as crianças podem refletir sobre questões morais, éticas e culturais, além de adquirir conhecimento sobre diversos assuntos, como história, ciências e geografia.

É importante ressaltar que a escolha das histórias a serem contadas deve considerar a faixa etária e os interesses das crianças, para que elas possam se envolver e se identificar com a narrativa. As histórias devem ser adequadas ao contexto educacional e ter uma linguagem acessível e compreensível.

Para que a contação de histórias seja eficaz, é importante que o professor esteja preparado e engajado, utilizando recursos como gestos, entonação de voz, expressões faciais e corporais para tornar a narrativa mais atrativa e envolvente. O uso de materiais visuais como imagens e ilustrações também pode enriquecer a experiência da criança.

Em suma, a contação de histórias é uma prática pedagógica que estimula o interesse pelas histórias e pela leitura, desenvolve habilidades cognitivas, emocionais e sociais, além de transmitir conhecimentos e valores. É uma ferramenta valiosa para a educação infantil e deve ser valorizada como parte integrante do currículo escolar.

NOÇÕES DE CUIDADO COM A HIGIENIZAÇÃO PESSOAL, COM A ALIMENTAÇÃO E COM A HORA DO SONO DA CRIANÇA PEQUENA.

Alimentação

As atividades do sistema digestivo do bebê recém-nascido, como sensações de fome e saciedade, soluço, regurgitação e cólica, ocupam boa parte do seu interesse e percepção durante o período em que ele está acordado. Pode-se observar esse interesse pelas expressões faciais e pelos movimentos corporais diante do seio ou da mamadeira que lhe são oferecidos. A partir de suas necessidades afetivas e alimentares o bebê constrói e dirige seus primeiros movimentos no espaço, movimentos que podem ser vistos em seus lábios e em suas mãos ao tentar pegar o seio ou a mamadeira.

Existem diversas linhas sobre nutrição infantil, mas todas estão de acordo que o aleitamento ao seio é a forma mais saudável. É aconselhável que a instituição de educação infantil incentive e auxilie as mães nessa prática, acolhendo-as, dando-lhes informações e propiciando local adequado para que possam amamentar seu bebê se assim o desejarem e puderem. Bebês amamentados exclusivamente ao peito têm esquemas de introdução de alimentos (sucos, frutas, papas) diferenciados daqueles que já recebem leite de outra espécie.

Quando os bebês menores de seis meses frequentam a creche e já foram desmamados ou estão em processo de desmame, é necessário que um profissional de saúde possa supervisionar a oferta do substituto do leite materno.

Aconselha-se que as mamadeiras sejam oferecidas com o bebê no colo, bem recostado, o que propicia contato corporal, troca de olhares e expressões faciais entre o adulto e a criança. Recomenda-se que seja sempre o mesmo adulto que alimente e cuide dos bebês, pois nesta fase o vínculo é fundamental. Nessa situação, quando há risco de longo tempo de espera dos demais bebês, é importante que se planejem situações alternativas.

Quando o bebê demonstra interesse em mamar sozinho e apresenta condições motoras para fazê-lo, é importante que o professor providencie um local para que ele possa apoiar-se.

Aconselha-se evitar que o bebê tome a mamadeira em posição horizontal, pois isso aumenta o risco de acidentes por engasgo e de otites (infecções de ouvido). É preciso lembrar, porém, que esse mesmo bebê que mama regularmente sem ajuda do adulto podem necessitar em outras ocasiões de ser pego ao colo para mamar. Os professores precisam estar atentos às mudanças de necessidades das crianças de acordo com seu processo de desenvolvimento e com suas disposições afetivas.

A introdução de alimentos diferentes do leite, líquidos ou pastosos, depende do esquema de amamentação de cada criança. Aos poucos a dieta vai se modificando, de acordo com os hábitos regionais e o desenvolvimento da criança.

Compreendendo a criança como ser ativo nesse processo, o adulto pode propiciar experiências que possibilitem a aquisição de novas competências em relação ao ato de alimentar-se. Aos poucos, a criança que recebia papa com ajuda do adulto começa a mostrar interesse em segurar a colher, em pegar alimentos com os dedos e pôr na boca. É muito importante que os professores permitam que a criança experimente os alimentos com a própria mão, pois a construção da independência é tão importante quanto os nutrientes que ela precisa ingerir.

posterior limpeza dos dentes, ou mesmo o uso de chupetas mergulhadas em mel ou açúcar para acalmar as crianças, pois isso pode provocar cáries muito precoces.

Como a criança aprende muito pela observação e imitação é importante que ela presencie adultos e outras crianças fazendo sua higiene bucal, ao mesmo tempo que poderão ampliar seus conhecimentos sobre esses cuidados.

No período em que a criança está sob os cuidados da instituição educativa é possível prever uma rotina de escovação dos dentes, visando desenvolver atitudes e construir habilidades para autocuidado com a boca e com os dentes.

Banho

Os bebês e crianças pequenas que ainda usam fraldas e que permanecem durante muitas horas na instituição educativa podem precisar de um banho, tanto para maior conforto como para prevenção de assaduras e brotoejas.

Entretanto é aconselhável que o banho sirva também para relaxar, refrescar, proporcionar conforto e prazer e preservar a integridade da pele. Os professores não devem tolher as brincadeiras e explorações dos bebês ou crianças pequenas com medo de que se sujem.

Algumas famílias preferem dar banho em seus bebês em casa e esse desejo deve ser acolhido, desde que respeitado o direito das crianças ao conforto, à saúde e ao bem-estar durante o período em que estão na instituição.

No momento em que é incluído na rotina, o banho precisa ser planejado, preparado e realizado como um procedimento que tanto promove o bem-estar quanto um momento no qual a criança experimenta sensações, entra em contato com a água e com objetos, interage com o adulto e com as outras crianças. A organização do banho na creche precisa prever condições materiais, como banheiras seguras e higiênicas para bebês, água limpa em temperatura confortável, sabonete, toalhas, pentes etc. É aconselhável que se leve em conta a idade das crianças, os hábitos regionais e as recomendações sanitárias de prevenção de doenças por uso de objetos pessoais entre as crianças, principalmente em vigência de infecções comunitárias. Esses objetos de uso pessoal podem ser rotulados com o nome da criança e cuidados por elas conforme vão adquirindo capacidade para isso.

É necessário organizar o tempo de espera para o banho, oferecendo materiais, jogos e brincadeiras em um espaço planejado para isso.

As crianças que já andam e que permanecem em pé com segurança e conforto, podem tomar banho de chuveiro em companhia de outras, respeitando-se a necessidade de privacidade de algumas delas e de atenção individualizada que cada uma requer. É importante prever tempo para essa atividade, permitindo que as crianças experimentem o prazer do contato com a água, aprendam a despir-se e a vestir-se, a ensaboar-se e enxaguar-se.

Para que a criança possa ir gradativamente aprendendo a cuidar de si, é preciso que as condições ambientais permitam que ela possa alcançar o registro do chuveiro, a saboneteira, a toalha, o espelho etc. Por outro lado, as condições ambientais e materiais precisam garantir a segurança das crianças e prever o conforto dos adultos que as ajudam, para evitar quedas, choques elétricos e queimaduras com água quente ou dores no corpo ocasionadas pelo mal posicionamento do adulto na hora de exercer as atividades com as crianças.

Troca de fraldas

A organização do ambiente e o planejamento dos cuidados e das atividades com o grupo de bebês deve permitir um contato individual mais prolongado com cada criança. Enquanto executa os procedimentos de troca, é aconselhável que o professor observe e responda aos sorrisos, conversas, gestos e movimentos da criança. Para evitar que esse cuidado individualizado implique num longo tempo de espera para as demais crianças, ou se torne uma rotina mecanizada, é importante considerar o número de bebês sob a responsabilidade de cada professor, a localização e as condições do local de troca e a organização do trabalho.

Os procedimentos com a higiene e proteção da pele, proporcionam bem-estar às crianças e permitem que elas percebam a sensação de estar seca e molhada. A observação, pelo professor, da frequência das eliminações, do aspecto do cocô e do xixi e do estado da pele da criança fornece dados sobre a saúde e o conforto de cada criança e aponta para outros cuidados que forem necessários.

A troca de fraldas demanda ainda alguns procedimentos e condições ambientais adequados para evitar a disseminação de micróbios entre as crianças e adultos, o que geralmente é causa de surtos de diarreia e hepatite infecciosa nas creches. Estudos comprovam que o risco aumenta quando se manipulam as fraldas sujas no ambiente do berçário, ou não se adotam procedimentos corretos de higiene das mãos após esses cuidados.

O local de troca e armazenamento de fraldas sujas precisa ser bem arejado para evitar que o cheiro característico do xixi e do cocô incomode a todos. O lixo onde são descartadas as fraldas contendo dejetos precisa ser tampado e trocado com frequência.

Sono e repouso

O atendimento das necessidades de sono e repouso, nas diferentes etapas da vida da criança, tem um importante papel na saúde em geral e no sistema nervoso em particular.

As necessidades e o ritmo de sono variam de indivíduo para indivíduo, mas sofrem influências do clima, da idade, do estado de saúde e se estabelecem também em relação às demandas da vida social.

Em um espaço coletivo, prever momentos para descanso entre períodos de atividades - o que nem sempre significa dormir - pode ser importante para crianças que necessitam descansar ou de maior privacidade.

As crianças que chegam à instituição de madrugada muitas vezes estão sonolentas e precisam ser logo levadas para o berço ou colchonete, e podem sentir-se mais seguras se conservam consigo seu boneco ou travesseiro preferido, sua chupeta e/ou cobertor etc.

Os horários de sono e repouso não são definidos *a priori*, mas dependem de cada caso, ou de cada tipo de atendimento. A frequência em instituições de educação infantil acaba regulando e criando uma constância. Mas é importante que haja flexibilidade de horários e a existência de ambientes para sono ou para atividades mais repousantes, pois as necessidades das crianças são diferentes. Desaconselha-se manter os bebês e crianças que estão dormindo, ou desejando fazê-lo, em ambientes muito claros ou ruidosos e recomenda-se prever brincadeiras, atividades, materiais e ambiente adequado para aqueles que não querem dormir no mesmo horário.

Temperatura agradável, boa ventilação e penumbra, oferta de colchonetes plastificados forrados com lençóis limpos e de uso exclusivo de cada criança (ou esteiras conforme a idade das crianças, o clima e os hábitos regionais) também são cuidados para um sono e/ou descanso seguro e reparador.

LUDICIDADE

Para falarmos sobre o lúdico na aprendizagem, desafio-lhe a responder quais foram os seus melhores momentos lúdicos. Onde chegar com essa resposta? É fácil, a maioria das pessoas vão puxar suas memórias infantis, quando sonhava, imagina e nem sabia o que de fato era ser um adulto.

As expressões, sentimentos das crianças se exteriorizam com o brincar, uns mais calmos, outros, por sua vez bem agitados, isso não é um defeito, mas sim à formação da personalidade. Brincar é cada vez mais uma necessidade para o desenvolvimento infantil, que para os dias atuais vem se tornando algo meio impossível face a tecnologia “sem freios”, deixemos isso de lado, não é assunto por hora....

As brincadeiras nas ruas, parques e escolas são relevantes para a inserção social, devendo para tanto existir uma parceria entre pais e escola. Para o real desenvolvimento da criança é fundamental essa parceria.

Nas escolas é necessário que haja profissionais capacitados em repassar a aprendizagem através do lúdico, mas muitas vezes temos o profissional, entretanto há uma barreira dos estabelecimentos de ensino que vivem engessados, não apreciando currículos de professores que fujam do padrão.

Ao mesmo tempo que a pré-escola deve ser um lugar para brincadeiras é ali que se estimula a comunicação, afetividade, enfim os sentimentos trocados entre professores e alunos. Imaginemos uma pré-escola que enriqueça o desenvolvimento infantil, com valor significativo para as crianças, elas podem ter um bom desenvolvimento no reconhecimento e representação dos objetos, como ainda em sua rotina do dia a dia.

A brincadeira faz com que se dê novos significados para a realidade que se vive.

Para Velasco², o brinquedo é capaz de estimular a criança a desenvolver muitas habilidades na sua formação geral e isso ocorre espontaneamente, sem compromisso e obrigatoriedade. A brincadeira faz parte da infância de toda criança e quando usada de modo adequado na Educação Infantil produz significado pedagógico, estimula o conhecimento, a aprendizagem e o desenvolvimento

Quando a criança passa pelo momento pré-operatório, que vai dos 02 aos 07 anos, ela usa bastante o seu lúdico, de modo que o jogo simbólico misturado com a fantasia, faz com que a criança tenha imagens mentais, mesmo que o objeto não esteja ali materializado. Nesse período a criança vive o animismo, dando vida a objetos inanimados, geralmente as bonecas e carrinhos ganham vida.

É através do jogo simbólico que a criança começa a ter capacidade de representar suas ações de forma simbólica, quando por exemplo usam suas bonecas como irmãs, mães, fazendo que esses objetos parecer fazer parte do mundo real. Essa brincadeira, esse real imaginário é que faz com que as crianças mantenham seu emocional equilibrado, reduzindo sua carga de ansiedades agitações.

A Importância do Lúdico na Aprendizagem, com Auxílio dos Jogos

A educação para obter um ensino mais eficiente aperfeiçoou novas técnicas didáticas consistindo numa prática inovadora e prazerosa. Dentre essas técnicas temos o lúdico, um recurso didático dinâmico que garante resultados eficazes na educação, apesar de

² VELASCO, Cacilda G. *Brincar, o despertar psicomotor*. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

exigir extremo planejamento e cuidado na execução da atividade elaborada. O jogo é a atividade lúdica mais trabalhada pelos professores atualmente, pois ele estimula as várias inteligências, permitindo que o aluno se envolva em tudo que esteja realizando de forma significativa³.

Através do lúdico o educador pode desenvolver atividades que sejam divertidas e que, sobretudo ensine os alunos a discernir valores éticos e morais, formando cidadãos conscientes dos seus deveres e de suas responsabilidades, além de propiciar situações em que haja uma interação maior entre os alunos e o professor numa aula diferente e criativa, sem ser rotineira. Palavras Chaves: educação, ensino, lúdico, jogo, dinâmico, educador, valores.

A princípio, a explanação desse trabalho tem como objetivo mostrar a importância de se trabalhar o lúdico na esfera escolar para a obtenção de qualidade no processo educacional. E para que essa aprendizagem aconteça de forma significativa e dinâmica, o professor tem como apoio a técnica dos jogos.

São muitos os estudiosos do assunto, e para este trabalho foram consultados autores que relatam a importância do lúdico e do uso dos jogos em atividades didáticas para fundamentar ainda mais os pontos principais e melhor afirmar o que foi explanado, são eles: Airton Negrine, Celso Antunes, Gilda Rizzo e Helena Nylse Cunha.

A educação tem por objetivo principal formar cidadãos críticos e criativos com condições aptas para inventar e ser capazes de construir cada vez mais novos conhecimentos. O processo de Ensino/Aprendizagem está constantemente aprimorando seus métodos de ensino para a melhoria da educação. O lúdico é um desses métodos que está sendo trabalhado na prática pedagógica, contribuindo para o aprendizado do alunado possibilitando ao educador o preparo de aulas dinâmicas fazendo com que o aluno interaja mais em sala de aula, pois cresce a vontade de aprender, seu interesse ao conteúdo aumenta e dessa maneira ele realmente aprende o que foi proposto a ser ensinado, estimulando-o a ser pensador, questionador e não um repetidor de informações.

É preciso ressaltar que o termo lúdico etimologicamente é derivado do Latim “ludus” que significa jogo, divertir-se e que se refere à função de brincar de forma livre e individual, de jogar utilizando regras referindo-se a uma conduta social, da recreação, sendo ainda maior a sua abrangência. Assim, pode-se dizer que o lúdico é como se fosse uma parte inerente do ser humano, utilizado como recurso pedagógico em várias áreas de estudo oportunizando a aprendizagem do indivíduo. Dessa forma, percebem-se as diversas razões que levam os educadores a trabalharem no âmbito escolar as atividades lúdicas.

Como vemos Gilda Rizzo diz o seguinte sobre o lúdico: “... A atividade lúdica pode ser, portanto, um eficiente recurso aliado do educador, interessado no desenvolvimento da inteligência de seus alunos, quando mobiliza sua ação intelectual”.

Diante de tal pensamento que a estudiosa coloca, observa-se que o principal papel do educador é estimular o alunado à construção de novos conhecimentos e através das atividades lúdicas o aluno acaba sendo desafiado a produzir e oferecer soluções às situações-problemas impostas pelo educador. Pois o lúdico é um dos motivadores na percepção e na construção de esquemas de raciocínio, além de ser uma forma de aprendizagem diferenciada e significativa.

³ Texto adaptado de LISBOA, M.

professores a tornar suas aulas mais dinâmicas fazendo com que a sala de aula se transforme num lugar prazeroso, construindo a integração entre todos que a frequentam.

Sobre as atividades lúdicas e sua função no desenvolvimento interno de cada um

Há três possibilidades de usos das atividades lúdicas na vida do ser humano, a partir de três abordagens diferentes: psicanalítica, piagetiana e biossistêmica. Poderiam ser outras - tais como as de Wallon, de Vygotsky e outros -, porém escolhi estas três, que a meu ver, são suficientes para dar corpo à compreensão que estamos estabelecendo de ludicidade⁴.

A compreensão sobre as atividades lúdicas, especialmente sobre a sua constituição sócio-histórica e sobre os seus papéis na vida humana, tem origem em várias áreas do conhecimento. Assim, existe uma história do brinquedo, uma sociologia do brinquedo, um estudo folclórico do brinquedo, um estudo psicológico do brinquedo. Desses estudos, retiramos algumas conclusões que nos ajudaram e nos ajudarão a compreender o papel e uso das atividades lúdicas na vida humana, que estamos em busca de compreender como, possivelmente, pode dar-se e operar internamente no sujeito a vivência das experiências lúdicas.

As heranças freudianas

Freud compreendeu que o brinquedo é o caminho real para o inconsciente da criança, assim como o sonho é o caminho real para o inconsciente do adulto. Ou seja, a experiência do brincar tem seu lado interno; que se expressa no externo. A meta de Freud, como sabemos, foi desvendar e compreender as operações do inconsciente através de suas manifestações externas.

A partir daí o próprio Freud e seus discípulos próximos e distantes, tais como Ana Freud (filha de Freud), Melanie Klein, Bruno Bettelheim, D.W. Winnicott, Arminda Aberastury, André Lapierre e tantos outros produziram diversas compreensões psicanalíticas e possibilidades de usos das atividades lúdicas.

A Psicanálise, em sua atuação terapêutica, aposta na restauração do passado e na construção do presente e do futuro. Freud afirma que temos em nós duas forças fundamentais: as forças regressivas, que nos têm fixados no passado e as forças progressivas, que nos mantêm voltados para o futuro. As forças regressivas são aquelas que tem como seu epicentro as nossas fixações neuróticas ou traumáticas do passado, que nos impedem ou dificultam o nosso viver fluído no presente, assim como nossas aberturas para o futuro. Elas se manifestam por nossas respostas emocionais automáticas do dia a dia, que nos dificultam o estar bem conosco mesmos (intrapessoalmente) e em nossos relacionamentos (interpessoalmente). As forças progressivas, por outro lado são aquelas que nos chamam para o futuro, para as nossas possibilidades de organização pessoal e de ser.

No caso, nos interessa imediatamente, a questão dos brinquedos, como caminho real para o inconsciente da criança. Nesse contexto, a prática das atividades lúdicas pelas crianças, de um lado, revela como elas estão, a partir de suas histórias pessoais, assim como revela o que sentem sobre o seu presente cotidiano, seus medos, seus não-entendimentos do que está ocorrendo, o que está incomodando; porém, de outro lado, essa prática revela, também, a construção do futuro. Muitas atividades lúdicas das crianças são de imitação do adulto, outras não imitam, mas constroem modos

⁴ Adaptado de: Luckesi, Cipriano Carlos. *Ludicidade e atividades lúdicas uma abordagem a partir da experiência interna.*

de ser. Meio pelo qual as crianças estão, por uma parte, tentando compreender o que os adultos fazem, e, de outra, experimentar as possibilidades de sua própria vida, o que quer dizer que, através das atividades lúdicas, estão construindo e fortalecendo o seu modo de ser, a sua identidade.

Neste contexto, por exemplo, ao brincar de “pai e mãe”, as crianças, colocando-se nesses papéis, estão tentando saber o que é isso de “ser pai e mãe”; ou, ainda outro exemplo, uma criança que passou por uma experiência de hospitalização, possivelmente, por um certo período, após sair do hospital, ela praticará brinquedos e brincadeiras que tenham como conteúdo algum flash de sua experiência passada recente. Possivelmente, brincar de médico, de enfermeira, de hospital, de ambulância e tantas outras coisas, que poderão estar auxiliando a sua compreensão do que ocorreu com ela. O mesmo ocorrerá com seus desenhos, com suas falas, com as histórias que inventa. Contudo, se, por outra via, for anunciada a uma criança que, em breve, ela será hospitalizada para uma intervenção qualquer, é bastante provável que ela inicie a usar brinquedos e brincadeiras relativos à saúde e àquilo que vai ocorrer em sua vida (que são os procedimentos de hospitalização), na tentativa de compreender o que foi anunciado a ela. Todavia, essas manifestações do inconsciente nas atividades lúdicas poderão também estar, e certamente estarão vinculadas a experiências mais antigas, em termos de história de vida pregressa.

David Grove, um pesquisador norte-americano que criou uma técnica específica para trabalhar com traumas através das metáforas, diz que estas (as metáforas) são as expressões visíveis e observáveis dos traumas que estão fixados em nosso inconsciente; como, por exemplo, “eu tenho um nó na garganta”, “carrego o mundo nas costas”, ou coisas semelhantes. Eu acredito que as atividades lúdicas infantis são as metáforas, que expressam a sua intimidade; elas falam de sua realidade interior através de um caminho metafórico.

Se prestarmos atenção em nossos filhos e filhas, ou nossos netos e netas, ou nossos alunos na escola, ou crianças em geral, observaremos que seus atos, sempre, estarão comunicando alguma coisa. Para entender essa comunicação, importa estar atento para o que elas querem dizer. David Boadella diz que “como ponto de partida, é necessário reconhecer que é impossível um indivíduo não se comunicar”. Por vezes, será bastante fácil descobrir o significado dessa comunicação, por outras vezes, será exigido mais atenção e esforço de nossa parte para proceder essa compreensão. E, mais que isso, para aceitar a comunicação que está vindo através de uma brincadeira, pois que nem sempre estamos preparados e dispostos para acolher o que está ocorrendo. Por vezes, as brincadeiras de nossas crianças nos desagradam, mas o que será que elas estão nos revelando, nos dizendo ou querendo nos dizer? É isso que a Psicanálise nos ensina: observe como as crianças estão brincando, seus atos estão revelando o seu interior.

Existe um famoso relato de Freud, onde ele relata a experiência de ter ido visitar um amigo e enquanto estava a sós com uma criança pequena, observou que ela atirava um carretel de linha e, a seguir, puxava-o; quando atirava o carretel, fechava o semblante e, quando o trazia de volta, abria em sorriso. Após, atentamente, observar essa experiência, Freud realizou a seguinte leitura: a criança estava tentando compreender como a mãe desaparecia e, depois, aparecia novamente; e o sentimento de tristeza pelo afastamento da mãe e a alegria pelo seu retorno. A experiência interna revelava-se em uma manifestação externa. E foi a partir desse ponto que Freud fez sua leitura interpretativa da experiência (certamente válida) da criança.

tar, engatinhar, levar objetos na boca, imitar. Até os dois anos de idade predominam esses jogos na atividade da criança, que, segundo Piaget, é o período de nossas vidas onde predomina a acomodação, em função do fato que a criança predominantemente imita o que os outros fazem, especialmente os adultos; ou seja, ela está mais voltada para apreender o mundo exterior.

A seguir, aproximadamente, entre os dois e os seis anos de idade, a criança dedica-se aos jogos simbólicos; essa é a fase que o autor denomina de pré-operatória. Nesse período, dão-se os jogos simbólicos, onde predomina a assimilação. São os jogos da fantasia, período em que as crianças gostam muito de brincar de “faz de conta”. O mundo exterior, então, é permanentemente “assemelhado” ao mundo interior. Não importa, assim, a realidade como ela é; o que importa é o que ela pode parecer que é. Um lápis, que, na realidade, é um lápis, pode ser muitas coisas na fantasia: um cavalo, um ônibus, um carro, um avião, um barco, ou simplesmente um objeto para ser mastigado. É também nesse período que as crianças gostam muito das histórias, dos contos de fada, das histórias imaginadas; mas, também, fabulam muito, constroem suas próprias histórias. Criam e recriam personagens e histórias. Esse é o período em que Piaget diz que predominam os jogos simbólicos.

Os jogos de regras vão predominar a partir dos seis/sete anos de idade para a frente, período denominado, inicialmente de operatório concreto (sete aos doze anos) e, depois, de operatório formal (a partir aproximadamente dos doze anos). É o período da aproximação e da posse da realidade. Em torno dos cinco, seis e sete anos, a criança vai se aproximando mais da realidade, onde se defronta não mais com as fantasias, mas sim, com os próprios dados do mundo real, o que implica em regras reais que dão forma ao mundo. É nesse período que Freud situou, especialmente, a manifestação mais plena do Complexo de Édipo, período onde fortemente as regras e papéis sociais colocam para a criança os limites das relações sociais. É por essa idade que meninos e meninas iniciam a brincar com elementos que exigem regras definidas: brincar de casinha, pai mãe, médico, advogado, enfermeira, etc. Ainda que em forma de brincadeira, são os elementos da vida real que vem à tona. Daí para frente as crianças, os pré-adolescentes, os adolescentes e os adultos jogarão jogos de regras. Esses, como os anteriores jogos auxiliarão a criança, o adolescente e o adulto aprender a operar com os entendimentos dos raciocínios abstratos e formais.

Nessa sequência de possibilidades de jogar - exercício, simbólico e de regras -, a aquisição das habilidades menos complexas servirão de base para as que exigem elementos mais complexos para o agir. Assim, quem só possui a capacidade para praticar os jogos de exercício, por si, não terá condições de praticar os outros tipos de jogos, que exigem estruturas mentais e lógicas mais desenvolvidas e complexas. Todavia, aquele que já chegou ao estágio dos jogos simbólicos poderá, perfeitamente, praticar os jogos do estágio anterior (os jogos de exercício). O mesmo ocorrendo com as outras etapas do desenvolvimento e seus respectivos jogos. Isso quer dizer que quem pode o menos não pode o mais; porém, quem pode o mais, pode o menos também.

A partir dessas rápidas noções sobre os jogos em Piaget, podemos concluir que, para este autor, os jogos, como atividades lúdicas, servem de recursos de autodesenvolvimento. Piaget vê os jogos como atividades que vão propiciando o caminho interno da construção da inteligência e dos afetos, na medida em que se manteve atento a sua permanente pergunta: como o conhecimento se dá, ou seja, como é construída a capacidade do conhecer, que é interna?

Tendo por base a compreensão piagetiana dos jogos, podemos perceber a sua significação para a vida das crianças, para os pré-adolescentes, para os adolescentes e para os adultos, na perspectiva de subsidiar o desenvolvimento interno, que significa a ampliação e a posse das capacidades de cada um. Assim sendo, podemos e devemos nos servir das atividades lúdicas na perspectiva de obtermos resultados significativos para o desenvolvimento e formação dos nossos educandos. Conhecendo a teoria e as suas possibilidades práticas, temos em nossas mãos instrumentos fundamentais para dirigir a nossa prática, propiciando oportunidades aos nossos educandos de internamente se construírem. Com essa teoria em nossas mãos, podemos saber o que fazer com as atividades lúdicas em cada fase de desenvolvimento de uma criança, um adolescente ou um adulto. Piaget nos ajuda a não colocar o carro antes dos bois. Faz-nos compreender que é preciso estar atento ao tempo e às possibilidades de realizar e incorporar uma determinada ação.

Enquanto Freud esteve atento mais aos processos emocionais trabalhados pelo brincar e pelo jogo, Piaget esteve mais atento aos aspectos cognitivos trabalhados por esses mesmos recursos, sem que tenha descuidado dos aspectos afetivos e morais. Enquanto a psicanálise esteve mais atenta (não exclusivamente) à reconstrução da experiência emocional, Piaget esteve mais atento ao processo de construção dos conhecimentos e da afetividade. Todavia, ambos são de fundamental importância para quem deseja trabalhar com atividades lúdicas, seja na educação familiar, na educação escolar, na educação extraescolar, seja na terapia.

Aqui, também, podemos observar que a atividade lúdica só poderá trazer a sensação de experiência plena, na dimensão do sujeito que a vivencia. Praticar jogos de exercício, jogos simbólicos ou jogos de regras só poderá ser pleno para quem os pratica, mas parece que todos os que os praticam com inteireza, integridade e presença, chegam a esse cume de sensação de plenitude, o que nos permite admitir que as atividades lúdicas podem e devem ser utilizadas como recursos para a busca de um crescimento o mais saudável possível.

Atividades lúdicas e a restauração do equilíbrio entre as camadas embrionárias constitutivas do ser humano

Para tratar sobre essa parte são necessários os conhecimentos originários da Biossíntese, que é uma área de conhecimentos criada por David Boadella, um psicoterapeuta somático inglês, no decorrer da década de setenta, e vem sendo permanentemente recriada por ele nesses últimos trinta anos. A Biossíntese não trata de ludicidade, porém permitem compreender o significado interno da vivência de experiências lúdicas.

O ser humano é constituído, embrionariamente, por três camadas, denominadas germinativas: endoderma, mesoderma e ectoderma. Em torno do décimo quarto dia após a concepção, as células do novo ser, que até esse momento eram indiferenciadas, especializam-se, formando cada uma dessas três camadas; o que implica que decidem por compor um ou outro conjunto de órgãos constitutivos do ser humano, relativos a cada uma dessas camadas.

O *endoderma* dará origem a todos os órgãos internos moles do tórax e do abdômen, órgãos aos quais se vinculam nossos sentimentos. O *mesoderma* constituirá todo nosso sistema de sustentação e movimento: o esqueleto, a musculatura, o sistema circulatório. O *ectoderma* constituirá o sistema nervoso central e todo o sistema de comunicação do ser humano com o mundo exterior; ou seja, dá origem ao sistema nervoso central e a todas as suas ramificações, que se estendem para todas as partes do corpo, como também para

Quando ordenamos ou reordenamos nosso campo energético, ele permite um contato com nosso Âmagô, com nossa Essência. E esse contato, como dissemos é curativo, na medida em que ele, desde que estabelecido, reverbera para todas as nossas experiências de vida. E esse contato com Âmagô, na maior parte das vezes, será rápido e fugaz, mas será um contato e a partir dele, nossa vida vai se transformando e tornando-se o que necessita de ser. As atividades lúdicas ordenam ou reordenam o campo de nossa energia e, por isso, em momentos fugazes ou mais duradouros, nos permitem um contato com nossa Essência, por menor que seja. Com o tempo e com repetidas experiências plenas, para além do ego, vamos podendo manter um contato mais permanente com nossa Essência, vamos sendo capazes de sustentar essa experiência.

A ludicidade é vista como oportunidade de experiência plena interna, podendo-se observar que quem terá que fazer o percurso da experiência lúdica, para que ela seja plena, é o próprio sujeito da ação.

Objetivamente, poderemos ter muitas descritivas e análises das atividades lúdicas, que são profundamente importantes para nossa compreensão das coisas, mas só o sujeito, enquanto vivente, poderá experimentar a ludicidade como experiência plena em seus atos; e como essa experiência pode nos tornar criadores e recriadores de nossa vida, de uma maneira mais saudável.

ESTIMULAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MOTOR, COGNITIVO, AFETIVO E SOCIAL.

A estimulação do desenvolvimento motor refere-se à promoção do domínio das habilidades motoras, como o controle do corpo, a coordenação motora grossa e fina, a manipulação de objetos, entre outros. Isso pode ser alcançado por meio de atividades físicas, como brincadeiras ao ar livre, jogos de equipe, estímulos sensoriais, entre outros.

A estimulação do desenvolvimento cognitivo envolve o estímulo e a promoção do desenvolvimento das habilidades mentais, como a memória, a atenção, a linguagem, o raciocínio lógico, entre outros. Isso pode ser feito por meio de atividades como jogos de memória, quebra-cabeças, leitura de livros, jogos de palavras, entre outros.

A estimulação do desenvolvimento afetivo refere-se à promoção da inteligência emocional, autoconsciência, autoestima e empatia. Isso pode ser alcançado por meio de atividades que envolvam a expressão emocional, como a criação de arquivos de emoções, conversas sobre sentimentos, atividades em grupos de apoio, entre outros.

A estimulação do desenvolvimento social refere-se à promoção das habilidades de interação social, como a comunicação, a negociação, a empatia e a colaboração. Isso pode ser alcançado por meio de atividades que envolvam trabalhos em equipe, atividades de grupo, jogos cooperativos, entre outros.

Essas diferentes formas de estimulação devem ser fornecidas às crianças desde cedo para promover um desenvolvimento integral e saudável. Além disso, é importante oferecer um ambiente seguro e encorajador para que elas possam explorar suas habilidades e desenvolver confiança em si mesmas.

Nesse contexto, a estimulação do desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social contribui para o crescimento e o desenvolvimento saudável das crianças. Elas aprendem a interagir com o mundo ao seu redor, a se comunicar com os outros e a resolver pro-

blemas de forma independente. Essas habilidades são fundamentais para o sucesso em diferentes aspectos da vida, como a escola, o trabalho e os relacionamentos pessoais.

Portanto, é essencial que os pais, cuidadores e educadores forneçam oportunidades para a estimulação desses diferentes aspectos do desenvolvimento, por meio de atividades lúdicas, desafiadoras e variadas. Isso permitirá que as crianças cresçam e se desenvolvam de maneira saudável e equilibrada.

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, Nº 13.146/15.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**LIVRO I
PARTE GERAL**

**TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: (Vigência) (Vide Decreto nº 11.063, de 2022)

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação.

§ 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência. (Vide Lei nº 13.846, de 2019) (Vide Lei nº 14.126, de 2021)

**CAPÍTULO II
DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO**

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

Parágrafo único. Para os fins da proteção mencionada no caput deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

I - casar-se e constituir união estável;

II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;

III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;

IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;

V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e

VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Art. 7º É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

**SEÇÃO ÚNICA
DO ATENDIMENTO PRIORITÁRIO**

Art. 9º A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

I - proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

II - atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público;

III - disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas;

IV - disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque;

V - acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis;

VI - recebimento de restituição de imposto de renda;

VII - tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

§ 1º Os direitos previstos neste artigo são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, exceto quanto ao disposto nos incisos VI e VII deste artigo.

§ 2º Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida por esta Lei é condicionada aos protocolos de atendimento médico.

**TÍTULO II
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

**CAPÍTULO I
DO DIREITO À VIDA**

Art. 10. Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida.

Parágrafo único. Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança.

Art. 11. A pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.

Parágrafo único. O consentimento da pessoa com deficiência em situação de curatela poderá ser suprido, na forma da lei.

Art. 12. O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.

§ 1º Em caso de pessoa com deficiência em situação de curatela, deve ser assegurada sua participação, no maior grau possível, para a obtenção de consentimento.

§ 2º A pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência em situação de tutela ou de curatela deve ser realizada, em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para sua saúde ou para a saúde de outras pessoas com deficiência e desde que não haja outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.

Art. 13. A pessoa com deficiência somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte e de emergência em saúde, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.